

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	7
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i) os riscos para os quais se busca proteção
- ii) os instrumentos utilizados para proteção
- iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A identificação, monitoramento, tratamento e prevenção de riscos são realizados de forma integrada pela São Martinho através de políticas e procedimentos que conceituam atividades e seus principais responsáveis.

O principal instrumento utilizado pela Companhia para controle de riscos é o Painel de Riscos, no qual indicadores específicos são monitorados e discutidos mensalmente em Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos. Este, por sua vez, é formado por membros do Conselho de Administração e delibera ações de mitigação e acompanhamento.

O Painel de Riscos é composto por seis grupos de risco de forma permanente: Receita, Liquidez Financeira, Câmbio, Logística, Fornecimento de Cana e Disponibilidade de Pessoas. Outros riscos são monitorados de forma esporádica, conforme necessidade.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é formada pelo Conselho de Administração; Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos e pela Gerência de Contas com atribuições descritas na tabela abaixo:

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Conselho de Administração	Estabelece o apetite a risco para o Grupo; Aprova as Políticas. Decide sobre Investimentos e Transferências de riscos.
Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos	Avalia os Indicadores de Risco reportados pela Gerência de Riscos e pelo CEO.
CEO	Responsável final pela gestão dos riscos do Grupo. Garante a implantação e funcionamento do modelo de gestão.
Diretoria Executiva	Toma decisões e implementa ações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e Comunica os Indicadores de Risco e Ações de Mitigação.
Gerência de Contas	Responsável pela Gestão de seguros, controle de apólices, sinistros e relatórios estatísticos.

Os comitês institucionalizados na Companhia para monitoramento de riscos são o Comitê de Posições; Comitê de Ativos e Passivos; Comitê de Riscos e Seguros; Comitê de Compliance e Comitê de S&OP, nenhum dos quais tem atribuições estatutárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Responsabilidades de Gestão de Riscos:**

Comitê de Posições	Volatilidade de Preços Açúcar, Etanol, Energia e Câmbio.	Risco de Mercado
Comitê de Ativos e Passivos	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros, Dívida.	Risco Financeiro
Riscos e Seguros	Industrial, Agrícola, Logística, Manutenção, Patrimonial, Suprimentos.	Risco Operacional
<u>Compliance</u>	Saúde e Segurança, Ambiental, Legal, Trabalhista.	<u>Risco de Compliance</u>
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos, etc...	Riscos Corporativos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Preços Açúcar e Etanol

Há uma Política Comercial criada em 01 de junho de 2011 com um anexo sobre Precificação de Açúcar e Etanol criado em 10 de janeiro de 2013, atualizados pela última vez no dia 29 de maio de 2015 e aprovados pelo Diretor Comercial e pelo Diretor Presidente.

A Ata 107 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de setembro de 2010 estabelece os limites de volume por safra e utilização de instrumentos de derivativos para precificação de produtos, assim como medidas para gestão de chamadas de margens.

Taxa de Câmbio

Há uma Política de Operações Financeiras emitida em 12 de agosto de 2013 e revisada em 26 de maio de 2014, com aprovação do Conselho de Administração em ambas as ocasiões (Ata 147 e Ata Interna 26/05/14).

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção
- ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos
- v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da política de precificação de Açúcar e Etanol é estabelecer as principais diretrizes para proteção de preço, principalmente limites de volume e direcionamento de um preço objetivo. Ela também detalha como tratar a exposição líquida de cada produto uma vez que a proteção ativa deve ser feita somente para a parcela referente à cana própria. Os produtos feitos a partir de cana de fornecedores seguem uma regra específica de precificação que deve ser seguida pela área comercial para não gerar riscos sobre o custo da cana.

O hedge é gerenciado por safra via futuros e opções utilizando conta própria nas corretoras, conta de Bancos via produtos de balcão ou a conta dos clientes via ordens diretas de precificação de contratos físicos.

O objetivo da Política de Operações Financeiras é estabelecer os limites operacionais e regras para hedge cambial. Cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Além disso, há um valor limite em dólares em que o hedge cambial pode ficar à frente ou atrás do hedge de açúcar. Isto, já considerando outros passivos na exposição cambial como pagamento de dívidas e custo de fornecedores atrelados à moeda estrangeira.

Esta Política também estabelece um limite máximo de operações de derivativos por contraparte de acordo com o rating de tal contraparte, não sendo mais que 35% do total contratado para hedge cambial ou aplicação de recursos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeiro, o Gerente de Riscos e o Diretor Presidente. Semanalmente, o Gerente de Riscos coordena o Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias a serem tomadas para proteção de preço e câmbio. As estratégias são deliberadas no Comitê de Posições e executadas por cada área, desde que estejam dentro dos limites da Política de precificação. Caso não haja consenso entre as áreas o assunto será discutido junto ao Diretor Presidente.

A Política Gestão de Riscos tem como objetivo monitorar os indicadores e o nível de exposição a preços e cambio do Grupo dentro das Políticas aprovadas. Avaliar novas estratégias de proteção dado o cenário de mercado para cada variável. Avaliar a implementação de estruturas ainda não aprovadas e acompanhar o desempenho destas.

Existe uma Política do Comitê de Posições criada em 17 de fevereiro de 2014 e aprovada pelo Diretor Presidente.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

Não há verificação feita por Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A São Martinho estabelece e mantém controles internos sobre a elaboração e divulgação de suas informações financeiras, em cumprimento com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assegurando confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*); (iii) segurança dos registros para a elaboração das demonstrações financeiras; iv) realização de auditoria interna de processo, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades detectadas; e v) oferecimento de suporte à área de *Compliance* através de auditorias específicas nos chamados recebidos pelo Canal Ético. Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados, validados e aprovados interna e externamente.

Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho conclui que os controles internos sobre a elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª linha de defesa: Diretores e gestores dos processos, responsáveis por aplicar medidas de controles para mitigar os riscos e evidenciar através de indicadores de performance e testes de efetividade;

2ª linha de defesa: áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsáveis por (i) fornecer auxílio à 1ª linha de defesa no desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento dos riscos; (ii) emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos; (iii) apoiar no desenvolvimento das políticas associadas.

3ª linha de defesa: Auditoria Externa, responsável por fornecer avaliações independentes para a alta administração e mercado.

Adicionalmente, existem vários Comitês Multidisciplinares que oferecem suporte às linhas de defesa, tais como de Auditoria & Gestão de Risco, Estratégico e Tático de *Compliance*, Ética, Gestão de Pessoas, Tributário e Sindical.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade. Ambos são executados e evidenciados pelos gestores do processo, e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

aqueles de maior relevância são analisados pela área de Controles Internos. Trimestralmente, a área de Controles Internos reporta ao Diretor Administrativo os níveis dos riscos mapeados, o nível de maturidade do controle, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. De forma paralela, as não conformidades identificadas pela auditoria independente são reportadas à Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração e possui acompanhamento tempestivo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações relevantes sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações relevantes sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Mediante a implantação da norma contábil IFRS 11 (CPC 19), a partir do exercício social 13/14, a São Martinho S.A. passou a não consolidar proporcionalmente os resultados de suas investidas. Tendo em vista a relevância dos resultados da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (50,95%), decidiu pela continuidade da apresentação "proforma" do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e da demonstração de fluxo de caixa na carta financeira, nos mesmos critérios de consolidação anteriores à aplicação do referido pronunciamento.

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 23 de fevereiro de 2017, a São Martinho incorporou a Nova Fronteira Bioenergia através da emissão de 24.023.708 ações, portanto, os números apresentados nesse relatório consideram 50,95% do resultado da Usina Boa Vista entre os meses de abril/16 e fevereiro/17 e 100% do resultado do mês de março/17, razão pela qual parte das informações destacadas neste documento não coincidirão com o detalhamento realizado nas notas explicativas.

A partir do 1T18 consolidaremos integralmente 100% da Boa Vista, os efeitos contábeis aplicados nas demonstrações financeiras serão os mesmos apresentados no release de resultados.

Adicionalmente, a partir do primeiro trimestre dessa safra, tivemos alterações contábeis conforme IAS 16 e IAS 41. Os ativos biológicos de produção passaram a ser contabilizados como ativo imobilizado. O ativo biológico consumível (cana em pé) será mensurado a valor justo e continua no escopo do IAS41.

Dessa forma, é necessária a reapresentação dos resultados referentes ao 4T16 para manter a comparabilidade entre os períodos, conforme exigido pela norma IAS 8 (CPC 23).

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Vide item 10.1, letra h.

b) estrutura de capital

Em 9 de novembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento da totalidade das ações ordinárias sem alteração do Capital Social, o qual passou a ser dividido em 339.987.621 ações ordinárias nominativas.

No dia 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada também em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Nova Fronteira pela Companhia, com relação de troca das ações da Nova Fronteira por ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal da São Martinho, na razão 17,095:1. Com isso foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 429.362.339,46 (quatrocentos e vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos), passando de R\$ 1.064.972.000,00 (um bilhão, sessenta e quatro milhões e novecentos e setenta e dois mil reais) para R\$ 1.494.334.339,46 (um bilhão, quatrocentos e noventa e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) mediante a emissão de 24.023.708 (vinte e quatro milhões, vinte e três mil, setecentas e oito) novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 17,87 (dezessete reais e oitenta e sete centavos), representativas de 6,60% do capital social.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.494.334.339,46 (um bilhão, quatrocentos e noventa e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) dividido em 364.011.329 (trezentos e sessenta e quatro milhões, onze mil e trezentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido, em 31 de março de 2017, era de R\$ 3,4 bilhões (aumento de 28,6% se comparado com 12M16). Adicionalmente, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 1.196,8 milhões, apresentando aumento de 6,8% em relação a 31 de março de 2016. A dívida líquida totalizava R\$ 2.584,5 e o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 76% em março/17 (em 31 de março de 2016 era de 105%).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

É importante mencionar que as Disponibilidades de Caixa que a São Martinho possuía em março/2017 somadas às captações realizadas após o encerramento do exercício (CRA – abril/17 e IFC – junho/17) são mais que suficientes para liquidarem a dívida de curto prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais.

ENDIVIDAMENTO	mar/17	mar/16	mar/15
Em Milhares de R\$			
PESA	42.009	51.757	57.755
Crédito Rural	505.640	147.229	163.907
BNDES / FINAME	842.630	734.472	877.296
Capital de Giro	761.944	990.353	533.283
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	-	142.520	160.475
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	633.070	1.024.853	981.525
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	584.487	734.296	838.463
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	349.462	-	897
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	62.088	73.794	85.432
Obrigações decorrentes de Aquisições - Outros	-	5.893	10.891
Dívida Bruta Total	3.781.331	3.905.167	3.709.921
Disponibilidades	1.196.782	1.120.212	1.140.538
Dívida Líquida Consolidada	2.584.549	2.784.955	2.569.383
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	1,55 x	2,14 x	2,24 x

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica. A Companhia não possui deficiência de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Verificar as tabelas seguintes sobre o endividamento da Companhia (itens i a iv).

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (*pro rata temporis*).

Modalidade	Encargos anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	100,55%	CDI	495.136	586.526	815.024
Nota de Crédito a exportação	14,82%	PRÉ	-	151.140	-
Linhas do BNDES	3,03%	TJLP	335.321	277.886	316.279
Linhas do BNDES	4,74%	PRÉ	500.334	454.472	494.004
Linhas do BNDES	4,08%	SELIC	3.989	22	
Crédito rural	12,74%	PRÉ	41.959	51.703	57.699
Cédula de produto Rural	10,60%	PRÉ	343.493	64.569	32.651
Cédula de crédito industrial	11,50%	PRÉ	162.147	82.660	131.256
FINEP	4,00%	PRÉ	2.986	2.092	2.663
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	99,00%	PRÉ	349.462	-	-
FINEP	4,00%	PRÉ	95.922	62.777	24.254
Leasing		PRÉ	-	-	897
Capital de Giro	100,00%	CDI	-	-	-
Outros créditos securitizados	3,00%	PRÉ	50	54	57
Total em moeda nacional			2.330.799	1.733.901	1.874.784
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	2,63%	Var. cambial	741.329	1.154.991	981.525
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	4,22%	Var. cambial	584.487	734.296	532.468
Adiantamento Contrato de Câmbio (ACC)	1,95%	Var. cambial	-	142.520	160.475
FINEM		Cesta Moedas	62.627	59.772	64.349
Total em moeda estrangeira			1.388.443	2.091.579	1.738.817
TOTAL			3.719.242	3.825.480	3.613.601
Circulante			1.499.648	776.532	978.828
Não Circulante			2.219.594	3.048.948	2.634.773

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia e consolidado, têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2017	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	533.209	626.267
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	954.554	1.003.141
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	321.094	355.925
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	82.280	111.364
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	50.066	65.294
De 1º/01/2023 a 28/02/2030	57.509	57.603
	<u>1.998.712</u>	<u>2.219.594</u>

	31 de março de 2016	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2017 a 31/03/2018	1.028.493	1.153.556
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	699.187	745.984
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	633.705	656.263
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	306.241	321.643
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	63.748	75.827
De 1º/04/2022 a 28/02/2030	88.808	95.675
	<u>2.820.182</u>	<u>3.048.948</u>

	31 de março de 2015	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2016 a 31/03/2017	398.797	472.413
De 1º/04/2017 a 31/03/2018	695.324	816.478
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	500.785	543.673
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	456.583	476.268
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	198.865	211.493
De 1º/04/2021 a 28/02/2030	97.429	114.446
	<u>2.347.783</u>	<u>2.634.772</u>

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

São Martinho S.A. - ATIVO	Pro-forma		
Em milhares de Reais			
ATIVO	mar/17	mar/16	mar/15
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	143.002	267.315	1.126.517
Aplicações Financeiras	1.029.113	839.127	-
Contas a receber de clientes	169.129	116.965	168.031
Instrumentos financeiros derivativos	172.917	145.701	222.226
Estoques	256.574	270.352	212.975
Ativos biológicos	586.362	554.186	-
Tributos a recuperar	102.325	64.274	116.363
Imposto de renda e contribuição social	11.232	119.781	68.718
Outros ativos	12.342	17.066	7.661
TOTAL CIRCULANTE	2.482.996	2.394.767	1.922.491
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	24.667	13.770	14.021
Estoques e adiantamento a fornecedores	88.766	71.030	72.288
Partes relacionadas	111	-	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	43.752	48.031
Instrumentos financeiros derivativos	27	43.243	-
Contas a receber	26.062	22.246	8.049
Contas a receber - Copersucar	10.017	6.772	1.784
Tributos a recuperar	106.518	119.525	87.127
Imposto de renda e contribuição social	124.285	-	-
Depósitos judiciais	32.617	32.257	29.553
Outros ativos	439	498	518
	413.509	353.093	261.405
Investimentos	31.184	25.629	20.902
Ativos Biológicos	-	-	1.116.783
Imobilizado	5.289.894	4.492.462	3.796.775
Intangível	473.942	489.639	500.676
TOTAL NÃO CIRCULANTE	6.208.529	5.360.823	5.696.541
TOTAL DO ATIVO	8.691.525	7.755.590	7.619.032

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

São Martinho S.A. - PASSIVO	Pro-forma		
Em milhares de Reais			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	mar/17	mar/16	mar/15
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.499.649	776.532	978.828
Instrumentos financeiros derivativos	76.097	197.238	232.711
Fornecedores	138.939	137.711	115.727
Obrigações - Copersucar	9.094	23.188	2.300
Salários e contribuições sociais	121.776	110.252	95.953
Tributos a recolher	20.481	19.615	14.531
Imposto de renda e contribuição social	4.471	916	1.540
Dividendos a Pagar	74.243	53.164	67.939
Adiantamento a clientes	4.174	1.606	4.321
Aquisição de Participação Societária	11.958	17.937	17.507
Outros passivos	28.751	32.099	34.079
TOTAL	1.989.633	1.370.258	1.565.436
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.219.594	3.048.948	2.634.773
Instrumentos financeiros derivativos	5	65.625	-
Obrigações - Copersucar	248.360	247.862	292.945
Tributos parcelados	14.614	17.878	16.267
I.R e C.S diferidos	663.337	232.104	324.064
Provisão para contingências	102.532	64.383	58.702
Aquisição de Participação Societária	50.130	61.750	78.815
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	31.492
Outros passivos	-	185	453
TOTAL	3.298.572	3.738.735	3.437.511
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.494.334	931.340	812.992
Redutora de capital	(55.662)		
Reservas de Capital	10.057	10.531	9.119
Ações em Tesouraria	(92.134)	(26.613)	(7.375)
Opções Outorgadas	8.284	4.753	5.079
Ajustes de avaliação patrimonial	1.432.243	1.295.698	1.405.708
Reservas de Lucros	606.198	432.656	390.562
TOTAL	3.403.320	2.646.597	2.616.085
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.691.525	7.755.590	7.619.032

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2017, 2016 e 2015:

Conforme comentado anteriormente, as informações de balanço passaram a contemplar 100% da Usina Boa Vista em Março/17, portanto grande parte das variações são explicadas por essa incorporação.

Ativo Circulante: totalizou R\$ 2.483,0 milhões em 2017, com aumento de 3,7% em relação aos R\$2.394,8 milhões apresentados no ano de 2016. A variação pode ser explicada principalmente pelo aumento na linha de Aplicações financeiras e Contas a Receber de clientes, esse aumento é explicado pela incorporação da Usina Boa Vista no balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Quando comparamos com o 12M17 com 12M15, percebemos que o aumento de R\$ 560,5 milhões no total do Circulante se deve, principalmente, ao aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa e Estoques.

Ativo Realizável a Longo Prazo: totalizou R\$ 413,5 milhões em mar/2017, com aumento de 17,1% em relação a mar/2016, por conta principalmente, do aumento nas linhas de contas a receber e Imposto de renda e contribuição social. Quando comparamos o mar/17, com mar/15, o aumento de 58,2% decorrente dos mesmos motivos citados acima, além do aumento na linha de Contas a receber.

Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 6.208,5 milhões, um aumento de 15,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A principal contribuição para o aumento do Ativo Permanente nesse período foi a variação de R\$ 797,4 milhões na linha do Imobilizado que reflete o aumento do Consecana no período, reflexo dos melhores preços de açúcar e etanol, além da incorporação dos ativos imobilizados da Usina Boa Vista. No comparativo 12M17 em relação ao 12M15, o aumento principal ocorreu na mesma linha do comparativo anterior.

Passivo Circulante: totalizou R\$ 1.989,6 milhões, apresentando aumento de 45,2% em relação ao ano de 2016. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$ 723,2 milhões na linha de Empréstimos e Financiamentos, dado o vencimento de curto prazo da nossa dívida. Quanto ao comparativo de mar/17 com mar/15, o aumento de 27,1% se deveu pela mesma razão.

Passivo Exigível a Longo Prazo: totalizou R\$ 3.298,6 milhões em 2017, redução de 11,8% em relação ao resultado na safra 12M16, que se deve principalmente a redução do endividamento de longo prazo. Quando analisamos mar/17 com mar/15, o Passivo Exigível a Longo Prazo apresentou queda de R\$ 139,0 milhões, decorrente dos mesmos fatores citados acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	Pro-forma				
	12M17	12M16	12M15	12M17 X 12M16	12M17 X 12M15
Em milhares de Reais					
Receita bruta	3.130.157	2.837.663	2.398.740	10,3%	30,5%
Deduções da receita bruta	(127.276)	(110.245)	(104.758)	15,4%	21,5%
Receita líquida	3.002.881	2.727.418	2.293.982	10,1%	30,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.174.033)	(1.947.046)	(1.643.056)	11,7%	32,3%
Lucro bruto	828.848	780.372	650.926	6,2%	27,3%
Margem bruta (%)	27,6%	28,4%	26,9%	-0,8 p.p	0,7 p.p
Despesas operacionais	(122.382)	(254.309)	(149.420)	-51,9%	-18,1%
Despesas com vendas	(106.820)	(109.145)	(94.218)	-2,1%	13,4%
Despesas gerais e administrativas	(164.239)	(155.983)	(163.667)	5,3%	0,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	606	456	545	32,9%	n.m.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	148.071	10.363	107.920	1328,8%	n.m.
Lucro operacional antes do resultado financeiro	706.466	526.063	501.506	34,3%	40,9%
Receitas (despesas) financeiras:	(260.914)	(320.232)	(181.121)	-18,5%	44,1%
Receitas financeiras	132.553	120.225	97.546	10,3%	35,9%
Despesas financeiras	(343.569)	(311.272)	(266.105)	10,4%	29,1%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	9.312	(78.264)	(23.402)	n.m.	n.m.
Resultado de derivativos	(59.210)	(50.921)	10.840	n.m.	n.m.
Lucro operacional antes do IR e CS	445.552	205.831	320.385	116,5%	39,1%
IR e contribuição social - parcela corrente	(29.393)	(35.385)	(24.387)	-16,9%	n.m.
IR e contribuição social - parcela diferida	(132.292)	36.500	(7.681)	n.m.	n.m.
Lucro líquido antes da participação dos minoritários	283.867	206.946	288.317	37,2%	-1,5%
Participação dos minoritários	-	-	(2.259)	n.m.	n.m.
Lucro líquido do período	283.867	206.946	286.058	37,2%	-0,8%
Margem líquida (%)	9,5%	12,5%	6,8%	-3,0 p.p	2,6 p.p

Comentários referentes à demonstração de resultado consolidado da Companhia entre os anos 2017, 2016 e 2015:

Receita Líquida Total: No comparativo 12M17 x 12M16, a receita líquida apresentou um aumento de 10,3%, impulsionada, principalmente, pelo aumento do preço e maior volume de vendas açúcar. Quando comparamos o 12M17 com 12M15, percebemos um aumento de 30,5% decorrente do maior volume de produtos vendidos, com preços superiores. Na safra 2016/2017, a Companhia priorizou a produção de açúcar dado melhor preço de comercialização do produto.

Receita líquida (Açúcar): a receita líquida apresentou aumento de 30,7%, resultado do aumento no preço de comercialização de 19,4% e de 9,4% no volume vendido. Quando comparamos com o 12M15, neste exercício (12M17) apresentamos aumento de 51,0% na receita líquida relacionada ao açúcar, decorrente do aumento no volume vendido de 41,9% e melhora no preço médio de comercialização de 35,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida (Hidratado): a receita líquida apresentou queda de 5,3%, devido o menor volume vendido. Em relação ao período 12M15, tivemos aumento de 10,4% na receita líquida, resultado do melhor preço de comercialização (+34,4%).

Receita líquida (Anidro): a receita líquida com o etanol anidro apresentou uma queda de 4,5% em relação à safra anterior, devido redução do volume vendido. Em relação ao 12M15, nossa receita líquida referente ao etanol anidro apresentou crescimento de 43,6% neste exercício, decorrente do maior volume vendido e melhor preço de comercialização, 12,2% e 28% maior respectivamente.

Receita líquida (Energia): a receita líquida com venda de energia teve redução 18% em relação ao 12M16, resultado do preço médio inferior – consequência da queda dos preços de energia (PLD), no período. Quando comparamos a receita em relação à safra 12M15, tivemos uma redução aumento de 19,6%.

Receita Líquida (Negócios Imobiliários): a receita líquida com negócios imobiliários apresentou queda de 8,3%. No comparativo 12M17 x 12M15 a redução de 31,7%.

Receita líquida (Outros): a receita líquida apresentou um aumento de 5,7% em relação a safras 15/16, devido a maior venda de bagaço e levedura, em comparação com a safra 14/15 tivemos uma redução de 15,9%, devido a redução na produção de RNA.

CPV: O Custo de Produtos Vendidos atingiu, na safra 16/17, R\$ 2.174,0 milhões, apresentando aumento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 1.947,0 milhões). Tal aumento pode ser explicado, principalmente pelo aumento do preço do Consecana, além do impacto das geadas em nossos canaviais. No comparativo 12M17 x 12M15 tivemos um aumento de 32,3%, decorrência do mesmo fator mencionado anteriormente.

Despesas com Vendas: no comparativo 12M17 x 12M16, as despesas com vendas totalizaram R\$ 106,8 milhões, apresentando uma redução de 2,1%, refletindo o menor volume de vendas de etanol, além de maior volume transportado via ferrovia. No comparativo 12M17 x 12M15, tivemos um aumento de 13,4% devido, principalmente, o aumento nos custos de portuários e de fretes devido o aumento no volume de produto vendido.

Despesas Gerais e Administrativas: apresentaram aumento de 5,3% no comparativo 12M17 x 12M16, decorrente de um item não-recorrente, aprovado na Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de julho de 2016. Para o comparativo 12M17 x 12M15, as despesas ficaram em linha.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido no 12M17 totalizou uma despesa de R\$ 260,9 milhões, apresentando uma queda de 18,5% no período, quando comparamos com o 12M16 devido, principalmente, à valorização do Real frente ao Dólar no período. No comparativo 12M17 x 12M15, tivemos um aumento de 44,1%. Reflexo da desvalorização do Real frente ao Dólar no período, além do aumento do endividamento no período.

Lucro Líquido: No acumulado dos 12M17, o lucro líquido totalizou R\$ 283,9 milhões, em comparação com R\$ 206,9 milhões nos 12M16, este aumento está relacionado, principalmente ao aumento da geração operacional de caixa da Companhia. No comparativo com os 12M15 o lucro líquido ficou em linha, principalmente devido o ganho não recorrente de R\$ 79,9 milhões no 12M15, resultado da venda de nossa participação na Agropecuária Boa Vista, prejudicando a comparabilidade.

Para o período acumulado, o capex de manutenção somou R\$ 792,1 milhões apresentando um aumento de 17,1% em relação à safra anterior. O aumento no capex de manutenção reflete, principalmente (i) o aumento na manutenção de entressafra, efeito de cronograma de encerramento de safra – na safra 16/17 finalizamos a moagem 1 mês antes em comparação com a safra 15/16 (ii) aumento nos tratos culturais, refletindo, aumento na área tratada, além de investimentos adicionais em decorrência da geadas, (iii) acréscimo nos custos atrelados à inflação, como mão de obra e diesel, além (iv) da consolidação de 100% da Boa Vista para o mês de março/17.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capex de melhoria operacional – investimentos relacionados às trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando crescimento de produtividade - somou R\$ 77,0 milhões, em linha com o montante realizado na safra anterior.

Quanto ao capex de expansão, a Companhia realizou investimentos que somaram R\$ 107,8 milhões na 16/17, aumento de 20,2% em relação à safra 15/16. Esse aumento reflete, principalmente, a expansão da capacidade de processamento na usina Santa Cruz para 5,6 milhões de toneladas, além do carry over de projetos anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Vide item 10.1, letra h.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	12M17	12M16	12M16	12M17 x 12M16	12M17 x 12M15
Milhares de Reais					
Mercado Doméstico	1.521.316	1.443.123	1.181.087	5,4%	28,8%
Açúcar	161.813	102.230	79.237	58,3%	104,2%
Etanol Hidratado	400.621	415.915	371.444	-3,7%	7,9%
Etanol Anidro	720.424	665.196	464.956	8,3%	54,9%
Energia Elétrica	152.089	185.573	189.114	-18,0%	-19,6%
Negócios Imobiliários	21.289	23.210	31.177	-8,3%	-31,7%
Outros	65.079	50.999	45.159	27,6%	44,1%
Mercado Externo	1.601.032	1.388.001	1.168.676	15,3%	37,0%
Açúcar	1.482.817	1.156.500	1.009.910	28,2%	46,8%
Etanol Hidratado	74.824	85.972	59.288	-13,0%	26,2%
Etanol Anidro	43.008	134.579	66.765	-68,0%	-35,6%
Outros	384	10.950	32.713	-96,5%	-98,8%
Receita Líquida Total	3.122.348	2.831.124	2.331.763	10,3%	32,9%
Açúcar	1.644.630	1.258.730	1.089.147	30,7%	51,0%
Etanol Hidratado	475.445	501.887	430.732	-5,3%	10,4%
Etanol Anidro	763.431	799.775	513.721	-4,5%	43,6%
Energia Elétrica	152.089	185.573	189.114	-18,0%	-19,6%
Negócios Imobiliários	21.289	23.210	31.177	-8,3%	-31,7%
Outros	65.463	61.949	77.872	5,7%	-15,9%

* Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item 10.1, letra h.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Vide item 10.1, letra h.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme mencionamos anteriormente, a Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S/A ("Vale do Mogi"), subsidiária integral da São Martinho cujo objetivo estratégico é a gestão e o desenvolvimento de terras detidos pela Companhia nas regiões de Ribeirão Preto, Limeira e Piracicaba, observou uma oportunidade de negócio para os 2.002 hectares próximos ao perímetro urbano e com grande potencial imobiliário. A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia passou a registrar receitas com empreendimentos imobiliários (terrenos).

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação societária em estágios da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("SC") com posterior incorporação e aquisição e venda da Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("APBV")

Em 08 de agosto de 2014 a Companhia concluiu o fechamento da operação com a Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP") e demais acionistas controladores pessoas físicas ("PFs") da SC para aquisição de 56,05%, passando para 92,14% do capital social da SC. Adicionalmente, a Companhia concluiu o fechamento da operação de alienação da totalidade de suas ações da ABV para LOP. Esta operação foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2014.

Para aquisição da totalidade das ações da SC, a Companhia realizou a emissão de 329.207 mil novas ações ordinárias nominativas, com o objetivo de efetuar a troca de ações com os acionistas minoritários da SC, que representavam 7,86%.

Posteriormente em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2014, foi aprovada a incorporação da SC pela Companhia.

Foram alienadas 1.146 mil ações que representam 34,29% do capital social da ABV, pelo valor de R\$ 195.900, que serão recebidos em parcelas anuais durante 10 anos, corrigidos pelo CDI. Essa operação resultou em um ganho no montante de R\$ 79.717, e está registrado no grupo de "outras receitas, líquidas".

Integralização e aumento de capital na São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Log")

O Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 31 de março de 2014, a constituição da SM Log. O capital social foi subscrito em R\$ 1 com a emissão de mil ações, atribuídas aos acionistas na seguinte proporção: 99% pela Companhia e 1% pela Vale do Mogi. A SM Log tem como objeto social atividades relacionadas com armazenagem de produtos e participação em outras sociedades. O exercício social da SM Log se encerrará em 31 de março de cada ano civil. Adicionalmente, a reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2014 aprovou um aumento de capital na SM Log no valor de R\$ 3.099 com a emissão de 3.099 (três milhões, noventa e nove mil) novas ações.

Aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição de 49,05% das ações da Nova Fronteira passando a Companhia a deter a totalidade das ações da investida.

A mesma assembleia aprovou a incorporação da adquirida e consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo.

Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R\$ 459.806. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R\$ 429.362 no Capital Social, R\$ 86.106 como reserva de incentivo e R\$ 55.662 devedor, à conta redutora de capital.

Custos relacionados à aquisição de R\$ 2.439 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Considerando se tratar de uma combinação de negócios, a administração contratou peritos independentes para a mensuração preliminar do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos *purchase pricing allocation* (PPA).

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa de R\$ 96.586 (valor de mercado versus o PL na data da incorporação), e ganho da remensuração do investimento (PPA) da parcela adquirida (49,05%) e da parcela pré-existente (50,95%) no valor de R\$ 45.996 mil, totalizando o efeito de R\$ 142.582 no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais.

Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 93.055, mesmo valor contratual. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. Assim como não há contraprestação contingente na transação.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia não apresentou mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Ênfase

A Companhia e sua subsidiária adotaram as alterações introduzidas no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 27 – Ativo Imobilizado, equivalentes ao IAS 41 – *Agriculture* e ao IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, respectivamente. Essa mudança de política contábil foi aplicada retrospectivamente e consequentemente, foram reapresentados os saldos de balanço de 31 de março de 2016 e 1º de abril de 2015, bem como as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016, correspondentes aos dados comparativos. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Combinação de negócios e aquisição de participação societária

A administração contratou peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *purchase pricing allocation* (PPA).

As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

- b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) investimentos****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Vide item 10.1, letra a.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3.b.

c) novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S/A, subsidiária integral da São Martinho cujo objetivo estratégico é a gestão e o desenvolvimento de terras detidos pela São Martinho nas regiões de Ribeirão Preto, Limeira e Piracicaba, observou uma oportunidade de negócio para os 2.002 hectares próximos ao perímetro urbano e com grande potencial imobiliário.

Em 05 de maio de 2014, divulgamos um comunicado ao mercado sobre a reavaliação das terras de propriedade da São Martinho. A avaliação contemplou apenas a terra nua, desconsiderando construções e benfeitorias, máquinas e equipamentos.

A metodologia de avaliação patrimonial empregada neste trabalho é amparada nas mais recentes normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições. Dentre os diversos métodos previstos para a avaliação de bens do ativo imobilizado, o aplicado foi o *Método Comparativo Direto de Dados de Mercado* como definido pelas normas NBR 14653-1 e NBR 14653-3 da ABNT, que consiste em se determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.